



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição no âmbito da Petição n.º 594/XIII/4.ª, da iniciativa de Ricardo Manuel Vieira Pereira e outros - “Solicitam a adoção de medida legislativa com vista à criação da carreira especial de técnico superior jurista”

Relatora: Deputada – Palmira Maciel (PS)

A Senhora Deputada Palmira Maciel (PS), na qualidade de relatora da petição supra identificada, juntamente com os Senhores Deputados Carla Borges, Isaura Morais e Jorge Paulo Oliveira (PSD), Luís Moreira Testa (PS) e Joana Mortágua (BE), recebeu em audição o representante dos peticionários, Ricardo Manuel Vieira Pereira, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pelas Leis n.º 6/93, de 1 de março, n.º 15/2003, de 4 de junho, e pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, que procedeu à sua republicação (Lei do Exercício do Direito de Petição).

Depois de os cumprimentar, propôs-se ouvi-los em nome da 13.ª Comissão acerca da matéria objeto da petição. O respetivo ficheiro vídeo pode ser consultado em:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=4373&title=audicao-de-peticionario>

O representante dos peticionários agradeceu o agendamento da audição e mencionou que, em 2009, a carreira de jurista foi extinta com a fusão das carreiras gerais, em que os técnicos passaram a ser não especialistas, mas generalistas.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Transmitiu que há organismos que mantêm as carreiras de técnico superior jurista, o que é importante por várias razões, nomeadamente tendo em atenção uma das prioridades do Governo para esta Legislatura, a de premiar os jovens qualificados e os técnicos qualificados.

Referiu que na função pública há um vazio de técnicos superiores juristas e economistas, uma vez que estes não querem ficar na carreira porque são mal remunerados. Destarte, considera necessário criar a carreira especial de técnico superior jurista.

Interveio em primeiro lugar a Senhora Deputada Carla Borges (PSD) que, depois de saudar o peticionário, afirmou que para o Grupo Parlamentar do PSD é fundamental dignificar a carreira dos funcionários da Administração Pública e adotar as medidas necessárias para esse efeito no âmbito do Orçamento do Estado.

Referiu que a legislação atual não contempla a existência de uma carreira especial para os técnicos juristas e que as alterações legislativas recentemente introduzidas anularam aquilo que era uma progressão transversal, passando a haver a chamada progressão vertical, sendo que a tabela de remuneração única não permite outro tipo de avaliações específicas.

Transmitiu que o Grupo Parlamentar do PSD acompanha com preocupação estas matérias.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o Grupo Parlamentar do BE foi contra o processo de fusão das carreiras que acabou com a maioria das carreiras especializadas e as unificou nas carreiras de assistente operacional, de técnico administrativo e de técnico superior.

Disse que o Grupo Parlamentar do BE entende que o Governo deveria fazer uma avaliação do processo de fusão de carreiras e abrir uma negociação para perceber



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

que carreiras é que poderiam vir a ser repostas ou que novas carreiras é que podiam vir a ser criadas, na medida em que há conteúdos funcionais demasiado específicos que, ao não serem considerados do ponto de vista da especificidade da carreira, levam a condições de progressão e de remuneração muito desiguais, inclusivamente com o setor privado, e não correspondem às qualificações e à especificidade que é exigida pela carreira.

A Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) transmitiu, em nome do Grupo Parlamentar do PS, que o Governo tem valorizado a Administração Pública, os seus trabalhadores através do descongelamento de carreiras.

Disse que foi preciso numa primeira fase devolver os rendimentos aos trabalhadores e posteriormente pensar na questão das carreiras especiais e o Governo, através do Ministério das Finanças e da Secretaria de Estado da Administração Pública, iniciou na passada legislatura a revisão das carreiras especiais no sentido de encontrar uma forma mais moderna de valorizar os seus trabalhadores.

Este caminho de revisão das carreiras foi necessário para iniciar o levantamento de todas as situações, após o que se seguiu uma fase de apresentação de propostas, debate e a definição do novo Estatuto para as carreiras especiais. Todo esse trabalho é demorado e profundamente debatido com os parceiros, designadamente com os sindicatos e daí ainda não ter terminado.

Disse que encara esta petição como um contributo para prosseguir o trabalho nesse sentido.

Em resposta aos pedidos de esclarecimento, o representante dos peticionários referiu que há pessoas licenciadas em Direito na Administração Pública que não exercem as funções de jurista, sendo técnicos superiores generalistas.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Mencionou que na Autoridade para as Condições do Trabalho os inspetores fazem o levantamento dos autos e as inspeções. No entanto, quem tramita os processos, quem os representa em Tribunal e elabora as propostas de decisão são os juristas.

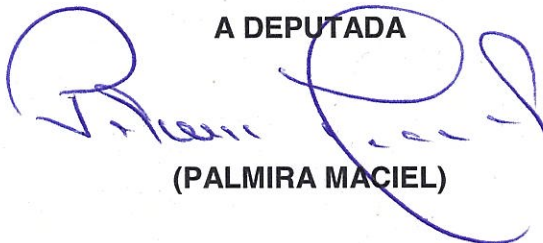
Referiu que há uma discrepância remuneratória. Com efeito, pelo facto de serem inspetores recebem mais cerca de €500,00 do que um técnico superior jurista, o que não considera correto.

Em conclusão, afirmou que considera relevante rever a carreira de técnico superior jurista.

A final, a Senhora Deputada Palmira Maciel (PS) agradeceu os contributos dados pelo representante dos petionários, que considerou muito úteis, e explicou que, uma vez apresentado o relatório final à Comissão competente, o mesmo será apreciado e votado.

A reunião foi encerrada às 10:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 fevereiro 2020


A DEPUTADA
(PALMIRA MACIEL)



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 18/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Borges
Isaura Morais
Joana Mortágua
Jorge Paulo Oliveira
Luís Moreira Testa
Palmira Maciel

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Luz Rosinha

